

Parte 2 - No CachoeiraDoc  
O futuro e os caminhos encantados: Cachoeira reencontra os  
Tupinambá

Jurema Machado de Andrade Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, J. M. A. O futuro e os caminhos encantados: Cachoeira reencontra os Tupinambá. In: CESAR, A., MARQUES, A. R., PIMENTA, F., COSTA, L., eds. *Desaguar em cinema: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc* [online]. Salvador: EDUFBA, 2020, pp. 111-122. ISBN: 978-65-5630-192-1.  
<https://doi.org/10.7476/9786556301921.0008>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# **O futuro e os caminhos encantados: Cachoeira *reencontra* os Tupinambá**

*Jurema Machado de Andrade Souza*

Em um dia de agosto de 1999, dezenas de indígenas Pataxó e Pataxó Hãhãhã retomavam a área compreendida como Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, município de Porto Seguro, na Bahia. Os indígenas, especificamente os Pataxó, que contavam com o apoio dos Hãhãhã, reivindicavam aquela área como seu território tradicional e solicitavam à Fundação Nacional do Índio (Funai) a revisão de limites da terra indígena, de maneira que a área do parque, uma unidade de conservação criada sobrepondo-se ao território indígena, voltasse a ser de sua livre circulação.

Os Pataxó já estavam desde o ano anterior em um movimento para restaurar seu território tradicional, esbulhado em décadas de omissões e descaso dos poderes locais e federal. Além de fazendas, o povo Pataxó vinha se confrontando com o próprio Estado, que, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criou assentamentos de reforma agrária incidentes na sua terra tradicional e, mediante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal. Contudo, foi a retomada do Monte Pascoal que trouxe destaque à questão fundiária naquele pedaço do extremo sul da Bahia. Os governos federal e estadual preparavam o cenário para as comemorações dos 500 anos, e isso implicava intervenções diretas na terra e na vida dos povos indígenas que moravam na região.

As retomadas dos índios estavam relacionadas a um movimento maior, denominado “Outros 500”, uma associação entre os movimentos negro, indígena e popular, que realizou ações de enfrentamento e questionamento das chamadas comemorações oficiais do Estado. E foi nesse contexto de *descomemorações* e luta que o povo Tupinambá “levantou sua aldeia” ou, como no toré entoado nas noites de fogueira na aldeia Serra do Padeiro:

Tupinambá pisou no chão  
Eu vi a terra tremer  
Ô cadê meus parentes  
vai buscar que eu quero ver.

Em uma retomada, como o termo quer dizer, não se retoma apenas a terra, ou melhor, ao retomar a terra, retomam-se também memórias, bichos, plantas, cantos e toantes encantados, bem como o sentimento de povo, por meio de um nome ou etnônimo. Os Tupinambá sempre se souberam índios, mas foi na movimentação de contato com parentes de outros povos, foi obedecendo ao chamado e ao encontro marcado pelos encantados e pelos antepassados, que eles não só ajudaram na *retomada* dos Pataxó, no protagonismo daqueles 500 anos, mas fizeram sua própria *retomada*.

Àquela época, a cacica da aldeia de Olivença, Maria Valdelice de Jesus, Valdelice Jamapoty, já estava às voltas com outras mulheres e homens do povo Tupinambá das aldeias situadas na região costeira, na luta por reconhecimento e demarcação do território. Caminhando pelo território, chegaram à aldeia Serra do Padeiro e tomaram conhecimento de que o filho de Rosemiro Ferreira da Silva, seu Lírio, o pajé da aldeia, estava estudando e trabalhando em Santa de Cruz Cabrália, onde está localizada a aldeia de Coroa Vermelha, do povo Pataxó. O filho do pajé é Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido até então, pela família e pelos parentes, por Babau.

Nesse contexto, portanto, os Tupinambá emergem na cena indígena nacional e na conformação de um único *território* indígena no sul e extremo sul da Bahia. Um território de trocas, apoios mútuos, comunicação e circulação entre eles, os Tupinambá, os Pataxó e os Pataxó Hãhãhã. Alianças políticas, organizações indígenas, festas e casamentos sustentam esse grande território indígena, que vai do município de Ilhéus até Teixeira de Freitas. Ao todo são 21.390 pessoas<sup>1</sup> e quatro terras indígenas: Caramuru-Catarina Paraguassu, com 54.105 hectares; Tupinambá de Olivença, com 47.376 hectares; Barra Velha do Monte Pascoal, com 52.748 hectares; e Comexatiba, com 28 mil hectares. Por enquanto, as terras tradicionais dos Tupinambá que residem nos municípios de Belmonte

---

1 População Tupinambá, Pataxó e Pataxó Hãhãhã, segundo dados da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia/Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos (Sudh)/Coordenação de Políticas para Povos Indígenas, 2018.

e Eunápolis (Tupinambá de Belmonte) permanecem sem providências por parte do Estado para iniciar a primeira etapa da demarcação. Das quatro terras referidas, apenas a Caramuru-Paraguassu, do povo Pataxó Hãhãhã, está plenamente regularizada e de posse exclusivamente indígena, graças às retomadas de terra e a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que, em 2012, anulou, após 30 anos de abertura do processo, os títulos de propriedades invasoras de seu território. Tupinambá e Pataxó aguardam ainda a conclusão dos respectivos processos demarcatórios, que começaram no início dos anos 2000.

Foi nessa virada de milênio que Rosivaldo Ferreira da Silva,<sup>2</sup> o cacique Babau, entendeu o chamado e revelação que seu avô, João de Nô (João Ferreira da Silva), havia feito décadas antes. O velho João de Nô, quando morreu, deixou uma determinação para os três netos mais velhos, Jurandir Ferreira da Silva (Baiaco), Magnólia Jesus da Silva e Rosivaldo. Os três, indistintamente, deveriam estudar, como estratégia para enfrentar o esbulho das terras pelos brancos. João de Nô associava a falta de estudo dos índios à sabedoria dos brancos. Baiaco deveria cuidar da produção agrícola, Magnólia da economia e gestão cotidiana. Já para Babau, a sua determinação seria revelada depois, no entanto, ele deveria estudar e o futuro é que iria orientar e abrir o caminho, que ele conheceria quando chegasse a hora.

Essa determinação se constituiu em um chamado para ser líder de sua aldeia, o que, desde então, traça os caminhos percorridos por Babau. Muito possivelmente – já que, como os Tupinambá afirmam, “nada se faz sem os encantados darem a ordem” – foi isso que o fez estar em Santa Cruz Cabralia quando parentes de todo o Brasil lá se encontravam, nos primeiros meses do ano 2000. Babau, então com 25 anos, passou a relacionar sua luta à dos outros povos indígenas do Brasil.

João de Nô estava certo. E quem haveria de duvidar? Quatro anos após os “Outros 500”, Babau já se tornava cacique, e os caminhos que passou a percorrer não deixaram dúvidas sobre a determinação do seu avô. Os caminhos foram primeiramente aqueles que conformariam o território Tupinambá, percorridos

---

2 Agradeço muito à antropóloga Daniela Alarcon pelas informações a mim passadas, como dados biográficos, detalhes da trajetória de Babau e bibliografia sobre os Tupinambá. A minha relação com eles está restrita ao campo da militância e ativismo, desde quando trabalhava como indigenista na Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai). Como diz dona Maria, mãe de Babau, “Jurema, Patrícia e Marta são do tempo que a Serra ainda tinha grama”. Patrícia Navarro e Marta Timon são colegas antropólogas que também iniciaram atuação junto aos Tupinambá em 2005, mesmo período que eu. Ainda sou grata mais uma vez a Daniela, a Franklin Carvalho e Felipe Cruz Tuxá, pela revisão do texto, debate e colaboração para as ideias aqui apresentadas.

mediante as retomadas de terra e, depois, caminhos mais distantes, que mobilizaram Babau para a luta de outros povos, como, por exemplo, os Guarani, quando da exibição do filme *Tupinambá: o retorno da terra*, nas terras Tenondé Porã e Jaraguá, em São Paulo; e os Guarani-Kaiowá, com quem também nutre uma relação fortíssima. Participou da ocupação do maior canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, ao lado dos Munduruku; esteve também no momento de mobilização quando os indígenas exigiram a paralisação dos estudos e das obras das hidrelétricas construídas nos rios Teles Pires e Tapajós, no mesmo estado. Como já disse, Babau também é grande aliado e atua muito fortemente na luta dos seus vizinhos do sul da Bahia, os povos Pataxó e Pataxós Hãhãhã, e é um dos grandes coordenadores do Movimento Unido dos Povos Indígenas da Bahia (Mupoiba).

Contudo, os caminhos percorridos, principalmente para a conformação do território através das retomadas das áreas invadidas, renderam a Babau, a sua irmã Glicéria Jesus da Silva, a seu irmão Givaldo Jesus da Silva (Gil) e outras lideranças do povo Tupinambá, um intenso processo de criminalização e encarceramento. Apenas para Babau, foram quatro encarceramentos, por determinação de processos judiciais recobertos de arbitrariedades e ilegalidades. A criminalização de lideranças indígenas em todo o Brasil tem sido uma estratégia reiterada desde o período colonial, mas é fortemente utilizada agora no caso dos Tupinambá. Na primeira ocasião, em 2010, Babau ficou cinco meses preso, cumprindo, inclusive, parte desse período em um presídio de segurança máxima, em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Após ter sido solto, precisou ser incluído no Programa de Proteção para Defensores de Direitos Humanos da Presidência da República, em decorrência das constantes ameaças de morte. Em 2014, ele foi preso às vésperas de uma viagem ao Vaticano. Na ocasião, Babau havia sido convidado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para estar com o Papa Francisco, mas na véspera da viagem a Polícia Federal impediu sua viagem, alegando que havia um mandado de prisão contra ele. Quando Babau foi tirar o passaporte, não havia nenhum impeditivo, contudo, na hora da viagem, surgiu um mandado de prisão, que anteriormente não existia.

Em 2016, mais um encarceramento, dessa vez motivado pelo fato de Babau e outros membros das comunidades tupinambá do litoral estarem denunciando crimes ambientais dentro da terra indígena, como a retirada ilegal de toneladas de areia na região de Olivença para construção civil na região. Felizmente,

dias depois, a sua prisão foi revogada. Como já esperado, Babau foi uma das 67 pessoas para as quais o relatório final da CPI da Funai e do Incra, publicado em 2017, solicitou indiciamento – uma CPI sabidamente montada e articulada pela bancada do agronegócio.

Os processos de criminalização envolvem não somente as boas relações entre invasores de terras indígenas e o Judiciário, mas também uma constante campanha de difamação da luta e dos líderes envolvidos, bem como de deslegitimação das identidades dos povos indígenas envolvidos e negação de suas humanidades. Para tanto, contam com uma mídia, notadamente local, encarregada de espalhar notícias falaciosas e produzir fatos que incentivem o sentimento anti-indígena no entorno. Não raro, os blogues *Verdinho* e *Amarelinho*, conhecidos por espalharem sensacionalismo em toda região sul da Bahia, se encarregam de mobilizar pessoas, e por vezes cidades inteiras, para o racismo contra os Tupinambá. Outros veículos de grande porte da comunicação também se dedicam à causa anti-indígena, como a Band Bahia e a TV Santa Cruz, afiliada da Rede Globo.

Mas, como nessa guerra por direitos, verdade e justiça, as imagens se constituem em ferramentas poderosas de luta, o cinema e o documentário agem em favor dos índios. Três filmes, especialmente, conduzem a narrativa na perspectiva dos indígenas ou, parafraseando o historiador Walter Benjamin quando ele se refere ao papel da história, “A tarefa do cinema é apoderar-se da tradição dos oprimidos” (LÖWY, 2005, p. 70). E foi assim que os documentários *Tupinambá: o retorno da terra* (Rio de Janeiro, 2015, 25 min), de Daniela Fernandes Alarcon; *Retomada* (Bahia, 2015, 19 min), de Leon Sampaio; e *Voz das mulheres indígenas* (Bahia, 2015, 17 min), de Glicéria Tupinambá e Cristiane Pankararu, ajudaram na definição dos caminhos determinados pelos encantados, e previstos por João de Nô, e conduziram Babau e os Tupinambá até Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, *território Tupinambá* também!

E como já disse, onde Tupinambá passa, a terra treme. E foi assim a sessão de abertura do VI CachoeiraDoc, naquele primeiro de setembro de 2015, na Praça Teixeira de Freitas. Eu poderia aqui fazer muitas associações entre o histórico da heroica cidade de Cachoeira, a figura da Cabocla e do Caboclo das comemorações ao 2 de julho, os *encantados* maiores dos baianos, com a saga do povo Tupinambá – tanto os históricos, como os contemporâneos –, mas vou apenas deixar como metáfora para que o encantado de cada um que porventura leia essas páginas sople em seus ouvidos.

Depois dessa primeira visita, outras se sucederam em momentos diferentes, mas sempre relacionadas a atividades realizadas no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Ou a universidade é campo de luta, ou ela nada será. E na UFRB, soubemos disso, docentes, técnicos e discentes, desde que começamos.

Uma coisa que nos liga muito, enquanto universidade de luta situada em uma cidade conhecida por heroica, aos povos indígenas são as *retomadas*, as *ocupações*. E o público presente àquela sessão de abertura, ao conhecer os Tupinambá que estavam ali nos filmes realizados por pessoas que subiram a Serra e viveram com eles, logo percebeu que as lutas poderiam estar alinhadas.

Os documentários – *Tupinambá: o retorno da terra* e *Retomada* – são a voz e o retrato dos protagonistas de uma luta de ação direta, e apresentam a linguagem constantemente utilizada pelos povos indígenas nesse tipo de ação. “Luta”, “conflito”, “resistência” e “encantados” são empregados nos documentários como representações de um campo de disputa por terras, direitos e afirmação identitária. Algo assim está consoante com sentido empregado por James Scott, quando ele enfatiza a resistência cotidiana, formal, coletiva e pública que pode se expressar em técnicas como as ocupações de terra. (SCOTT, 2002) As retomadas, e as imagens produzidas sobre e a partir delas, são formas cotidianas de resistência. O cinema e o documentário são formas cotidianas de resistência.

*Tupinambá: o retorno da terra*, por exemplo, além de ter merecido a sessão de abertura do VI CachoeiraDoc, foi exibido em outras dezenas de oportunidades, no Brasil e fora dele. Algumas dessas exposições com a presença de Babau, Glicéria, Jéssica Silva de Quadros – que ainda não mencionai, mas é uma aguerrida jovem, filha de Magnólia, e umas das personagens dos filmes – e Dona Maria.

Além de Cachoeira, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Mesquita e Seropédica (RJ); São Paulo (SP); Salvador, Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana (BA); Aracaju (SE); João Pessoa (PB); Panguipulli (Los Ríos, Chile); Paris (França); e Londres (Grã-Bretanha) são alguns dos lugares onde o documentário foi exibido com a presença dos Tupinambá – à exceção de João Pessoa, Chile, Paris e Londres – e da diretora Daniela Alarcon. O alcance dos filmes é algo que sempre debatemos na antropologia, especialmente quando as pesquisas dizem respeito a um contexto ameaçado e carente de visibilidade, como é o caso dos Tupinambá.

*Tupinambá: o retorno da terra* conta mais de 23 mil visualizações na internet, já *Retomada* passa dos 3 mil acessos. Além disso, os filmes foram exibidos

em universidades e escolas. O primeiro, por exemplo, foi exibido em toda a rede pública de ensino do município de Ilhéus. Uma iniciativa muito poderosa ante o sentimento anti-indígena fomentado pela mídia local. Entidades importantes da sociedade civil também promoveram exposições e debates, como a Associação Juizes para a Democracia (AJD) e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro (OAB/RJ).

*Retomada*, além do próprio CachoeiraDoc, participou de uma série de festivais pelo Brasil, como XI Panorama Internacional Coisa de Cinema, realizado em Salvador; VI Festival do Filme Etnográfico de Recife; V Mostra Canavial de Cinema; I Mostra Indígena de Filmes Etnográficos do Ceará; Mostra Cine Cual; Mostra CineKurumin; Mostra Cinema Contemporâneo do Nordeste; e VI Festival de Cinema Baiano (Feciba). Muitos desses festivais em que o filme foi exibido caracterizam-se por apresentar programação com produções aguerridas, de luta.

*Voz das mulheres indígenas* foi exibido no VII CachoeiraDoc, em um momento de grande importância para as Tupinambá, mas sobretudo para o público, já que Glicéria, realizadora do documentário, professora da escola indígena, nos explicou que, na realidade, quem empunha as bordunas na Serra do Padeiro são as mulheres.

Um outro documentário que merece ser destacado aqui, mas que não foi exibido em festivais, foi o curta-metragem *Areal* (Bahia, 2016, 4min34), cujo roteiro e direção são de Atiati Tupinambá e Daniela Alarcon, com produção da Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro. Em algumas imagens o espectador toma consciência do tamanho do impacto causado na terra indígena pela extração ilegal de areia, fato que motivou a última prisão de Babau, que denunciava essa ilegalidade.

Além da exibição dos documentários na região, outro entendimento poderoso entre os indígenas e a população não índia surgiu através da abertura dos Tupinambá para receber em sua escola indígena estudantes não índios que residem próximo à aldeia. Com isso, crianças e adultos de famílias camponesas da região puderam permanecer na terra e estudar na boa escola da aldeia. Há muitas formas e possibilidades de se guerrear e criar alianças<sup>3</sup>.

---

3 Está em fase de elaboração a tese de doutorado *Aprender e Ensinar com o Outro: a educação como meio de abertura e defesa na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro*, de Nathalie Le Boulter Pavelic, que trata justamente dessa questão.



Os sentidos da luta vão além de processos de criminalização, eles produzem reconhecimento também. Em 2017 Babau foi agraciado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, e, em dezembro último, recebeu a Comenda Dois de Julho, uma homenagem da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia a pessoas que se destacam em diversas áreas do conhecimento. Estamos aguardando, ainda, a finalização dos procedimentos para a concessão do título de doutor *honoris causa* pela Universidade do Estado da Bahia, e então teremos o Doutor Comendador Cacique Rosivaldo Ferreira da Silva. Como disse uma parenta na publicação da foto de Babau com a medalha de comendador, “os ruralistas piram”.

Como forma de afirmar o cinema como um espaço de luta, descolonização do conhecimento e abertura para a cosmopolítica, em 2017, o Cine Theatro Cachoeirano foi *retomado* pelo CachoeiraDoc e pelo VI Colóquio Cinema, Estética e Política. Até hoje, não passou um dia sequer sem que eu me recordasse da conferência de abertura realizada por Babau – que vocês terão o privilégio de ler nas próximas páginas desta publicação – e da presença marcante de Makota Valdina na primeira fila da plateia. O entendimento entre eles era percebido através dos gestos corporais. Muitas vezes Babau falou se dirigindo e olhando para Makota, e ela todo o tempo mexendo a cabeça assertivamente. Possivelmente, compartilharam conexões e convergências em suas histórias, as possibilidades de, mutuamente, potencializarem suas lutas. Um horizonte comum, que em parte, eu e outros presentes não acessamos. Certamente ali entre eles passaram-se coisas que a nós escaparam.

Para saber mais sobre os Tupinambá da Serra e da Praia, e sobre a terra indígena Tupinambá de Olivença, segue bibliografia atualizada de diversas áreas do conhecimento e de autoria indígena e não indígena.

### **Referências**

LÖWY, M. *Walter Benjamin: alarme de incêndio*. Uma leitura das teses Sobre o conceito de História. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

Bibliografia sobre os Tupinambá da serra e da praia

ALARCON, Daniela Fernandes. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

ALVES, Epaminondas Reis. *A produção da escola tupinambá na aldeia indígena Serra do Padeiro*. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) – Jequié, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2017.

BEZERRA, André Augusto Salvador. *Consenso e força perante a mobilização Tupinambá: o discurso do poder dos meios de comunicação e do Judiciário*. 2017. Tese (Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARVALHO, Taís Almeida. *Narrativas em disputa: o sul da Bahia e os Tupinambá de Olivença*. 2017. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

COSTA, Erlon Fábio de Jesus. *Festar em Olivença: a puxada do mastro de São Sebastião, uma questão de identidade e semiótica*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicologia social) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

COSTA, Erlon Fábio de Jesus. *Da corrida de tora ao poranci: a permanência histórica dos Tupinambá de Olivença no sul da Bahia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. *Os filhos de Jaci: ressurgimento étnico entre os Tupinambá de Olivença, Ilhéus, BA*. 2003. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais: Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. *Morada dos encantados: identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, Buerarema, BA*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FERREIRA, Sonja Mara Mota. *“A luta de um povo a partir da educação”*: Escola Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

FREIRE, Ricardo Sallum. *Articulações políticas indígenas no sul da Bahia*. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MACEDO, Ulla. *A dona do corpo: um olhar sobre a reprodução entre os Tupinambá da Serra-BA*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MAGALHÃES, Aline Moreira. *A luta pela terra como “oração”: sociogênese, trajetórias e narrativas do “movimento” Tupinambá*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MARCIS, Teresinha. *“A Hecatombe de Olivença”: construção e reconstrução da identidade étnica*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia Salvador, 2004.

MARCIS, Teresinha. *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na capitania de Ilhéus, 1758-1822*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MEJÍA LARA, Amiel Ernenek. *“Estar na cultura”: os Tupinambá de Olivença e o desafio de uma definição de indianidade no sul da Bahia*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MEJÍA LARA, Amiel Ernenek. *Contra-invenções indígenas: antropologias, políticas e culturas em comparação desde os movimentos Nahua (Jalisco, México) e Tupinambá (Bahia, Brasil)*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os índios de Olivença e a zona de veraneio dos coronéis de cacau na Bahia*. *Revista de Antropologia da USP*, São Paulo, n. 30/31/32, p. 79-110, 1989.

ROCHA, Cinthia Creatini da. *“Bora vê quem pode mais”: uma etnografia sobre o fazer política entre os Tupinambá de Olivença*

(Ilhéus, Bahia). 2014. Tese (Doutorado em Antropologia social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SAMPAIO, José Augusto L. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó de monte pascoal. In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (org.). *Política indigenista leste e nordeste brasileiros*. Brasília, DF: Ministério da Justiça: Funai, 2000.

SANDRONI, Laila Thomaz. *Territórios em disputa: os Tupinambá de Olivença e a conservação da biodiversidade na mata atlântica no sul da Bahia*. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTANA, José Valdir Jesus de. “*A letra é a mesma, mas a cultura é diferente*”: a escola dos Tupinambá de Olivença-BA. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SANTANA, Sirlândia Souza. *O papel das mulheres na definição e demarcação das terras indígenas dos Tupinambá de Olivença-BA*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Rutian do Rosário. Organização política e produtiva dos Tupinambá da Serra do Padeiro. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

UBINGER, Helen Catalina. *Os Tupinambá da Serra do Padeiro: religiosidade e territorialidade na luta pela terra indígena*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

VIEGAS, Susana de Matos. *Terra calada: os Tupinambá na mata atlântica do sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.